

ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	9
Demonstrações contábeis	13
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020	20

SENHORES

Atendendo às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. ("ViaRondon" ou "Companhia") relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhados do relatório do auditor independente.

APRESENTAÇÃO

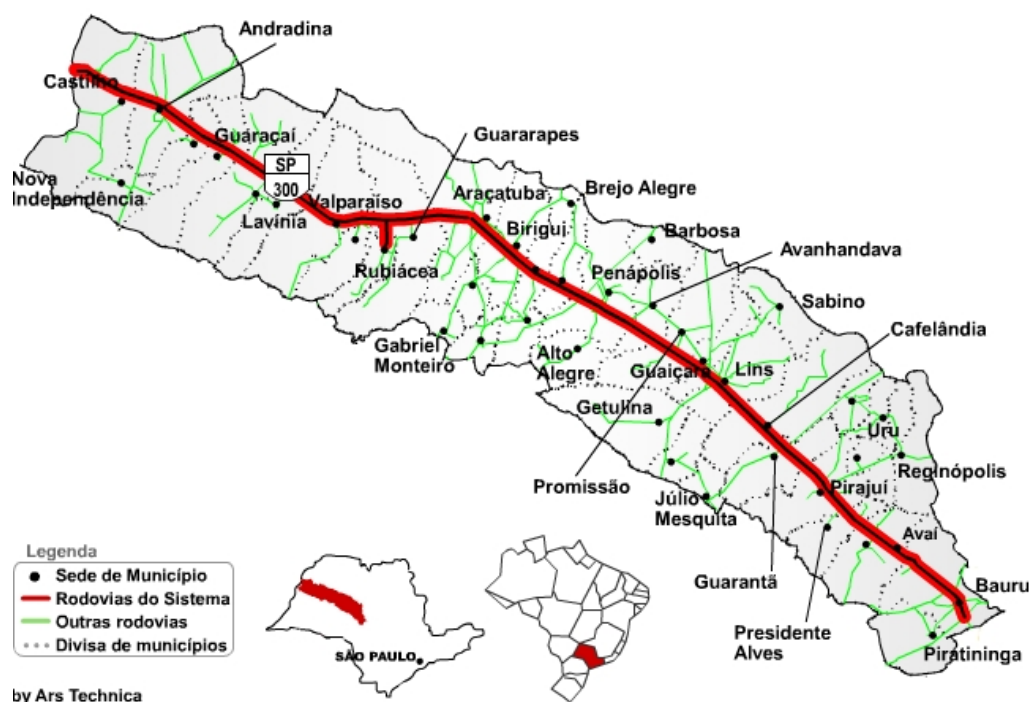
A diretoria da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) e os representantes da Concessionária ViaRondon assinaram, na tarde do dia 06 de maio de 2009, o contrato de concessão para o trecho oeste da rodovia Marechal Rondon (SP-300), leilado em outubro de 2008. Esse ato transferiu a administração de 416,8 km do Corredor Marechal Rondon Oeste, que compreende 331,13 km da Rodovia Marechal Rondon SP-300 e 85,5 km de 23 rodovias de acessos para a ViaRondon.

O prazo da concessão é de 30 anos, com outorga fixa no valor de R\$ 411 milhões integralmente paga nos primeiros 18 meses da concessão.

O trecho da Rodovia SP-300 concedido à ViaRondon tem início no município de Bauru, km 336,5, logo após o entroncamento com a rodovia SP-225, até o km 667,63, no município de Castilho/SP, divisa com o estado do Mato Grosso do Sul.

O trecho oeste da rodovia Marechal Rondon (SP-300) é cortado por 25 municípios. São eles: Bauru, Avaí, Presidente Alves, Pirajuí, Guarantã, Cafelândia, Lins, Guaiçara, Promissão, Avanhandava, Penápolis, Glicério, Coroados, Birigui, Araçatuba, Guararapes, Rubiácea, Bento de Abreu, Valparaíso, Lavínia, Mirandópolis, Guaraçai, Murutinga do Sul, Andradina e Castilho. A concessionária prioriza a contratação de mão-de-obra na região desses municípios.

A ViaRondon tem o compromisso, nos 30 anos da concessão, de investir na melhoria da rodovia e na questão da segurança viária, essencialmente para reduzir o número de acidentes. Dessa forma, a economia da região ganha mais agilidade e competitividade, pois um corredor mais seguro agrega vantagens a diversos segmentos, como turismo, comércio, indústria, integração entre as cidades, logística de produtos e serviços. Além desses benefícios, os usuários economizam na manutenção do veículo, no consumo de combustível e no tempo de viagem. O mapa abaixo mostra o trecho explorado pela Companhia:



A Companhia tem como principal fonte de receita o recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia explorar outras fontes de receitas acessórias, como a permissão de ocupação da faixa de domínio da rodovia por empresas de telefonia, energia elétrica, saneamento, entre outras.

A Companhia iniciou suas operações em 06 de maio de 2009, cobrando tarifas de pedágio em 4 praças que já operavam sob a administração do DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo. No final do primeiro trimestre de 2010, a Companhia passou a operar em sua plena capacidade, com a construção de mais 4 praças, totalizando 8 praças cobrando de maneira bidirecional. Segue a relação das praças de pedágio e suas respectivas tarifas localizadas no trecho administrado pela Companhia.

PRAÇA		DEZEMBRO/21
P1 - Avaí	Km 367 + 700	6,30
P2 - Pirajuí	Km 400 + 800	5,90
P3 - Promissão	Km 455 + 700	7,00
P4 - Glicério	Km 497 + 900	7,80
P5 - Rubiácea	Km 562 + 000	6,70
P6 - Lavínia	Km 590 + 400	5,30
P7 - Guaraçaí	Km 621 + 200	5,10
P8 - Castilho	Km 655 + 400	3,80

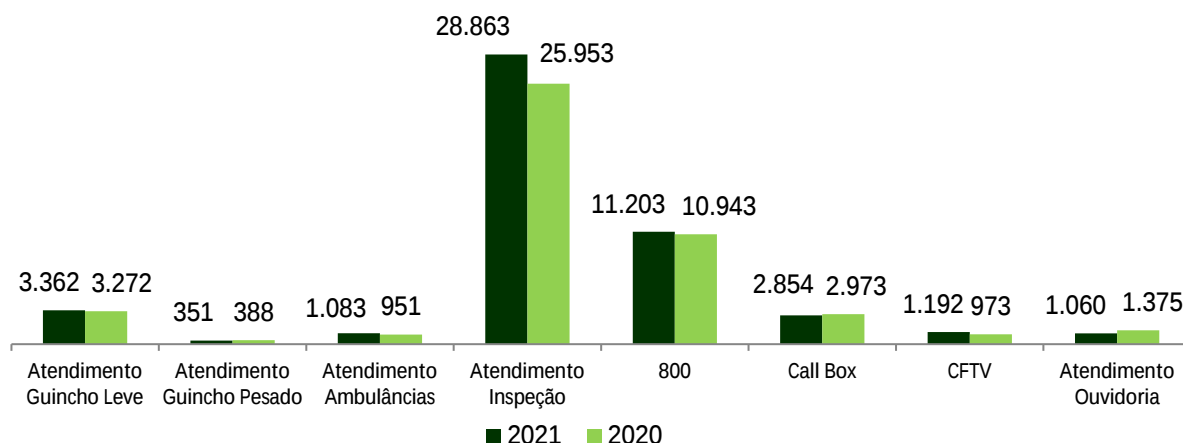
DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Abaixo quadro detalhado que demonstra o comportamento do tráfego, segregado entre veículos de passeio e comerciais:

	31/12/2021				31/12/2020			
	Absolutos milhares de veículos	%	Equivalentes milhares de veículos	%	Absolutos milhares de veículos	%	Equivalentes milhares de veículos	%
TOTAL	20.325	100	37.468	100	19.588	100	35.509	100
Passeio	14.864	73%	14.645	39%	14.514	74%	14.291	40%
Comerciais	5.461	27%	22.823	61%	5.074	26%	21.218	60%
MÉDIA MENSAL	1.694		3.122		1.633		2.959	
Passeio	1.239		1.220		1.210		1.191	
Comerciais	455		1.902		423		1.768	

Demonstramos a seguir as quantidades de atendimentos executados por nossa equipe operacional:

Atendimentos



Abaixo resultado operacional:

	2021	2020
Resultado antes das despesas financeiras	74.608	55.832
Depreciação	2.384	1.962
Amortização	27.750	25.884
EBITDA	104.741	83.678
Provisão para manutenção	55.775	44.221
Provisão para contingências	535	633
EBITDA AJUSTADO	161.051	128.532

RECURSOS HUMANOS

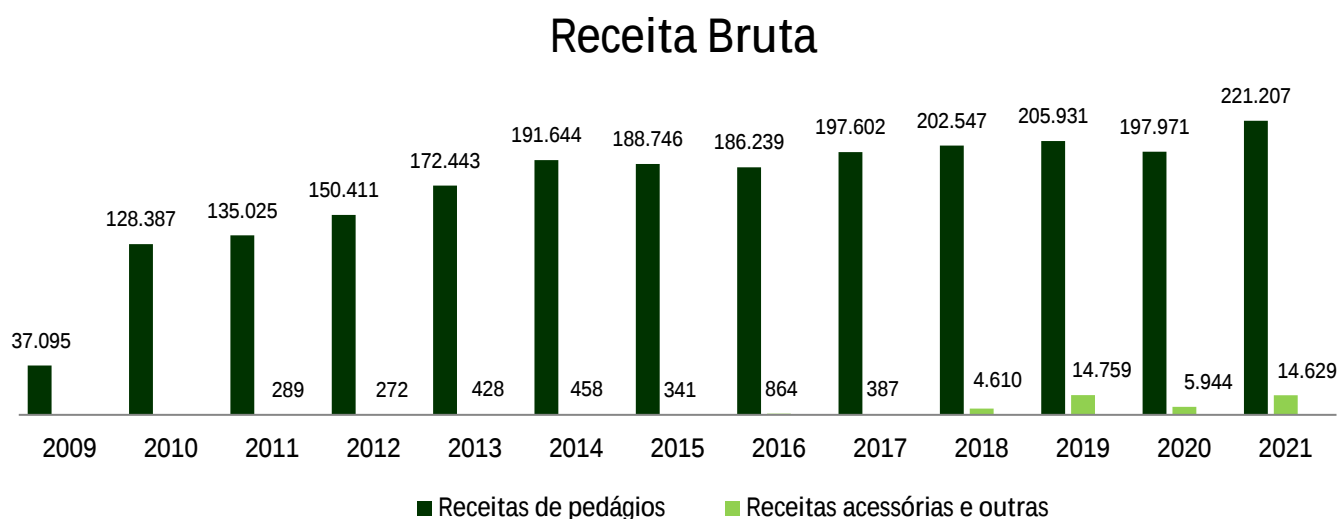
Outro grande benefício trazido pela Companhia à região do corredor Marechal Rondon Oeste é a geração de empregos diretos e indiretos, através da contratação de mão-de-obra e serviços terceirizados.

A ViaRondon busca profissionais que compartilhem dos mesmos valores da empresa, ou seja, profissionais atualizados, comprometidos com a segurança e bem-estar dos usuários da rodovia, que exerçam sua responsabilidade sobre o meio ambiente, sua cidadania e, acima de tudo, que sejam transparentes e proativos na geração do desenvolvimento social.

Indicadores Pessoais	2021	2020
Colaboradores diretos	583	449
Colaboradores indiretos	558	938

RECEITA BRUTA

Abaixo a evolução da receita bruta ao longo dos anos:



RECEITA DE CONSTRUÇÃO

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Os custos de construção para realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária, foram considerados como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado, e por tanto não o reconhece margem de lucro nas atividades das concessões.

A receita de construção em 31 de dezembro de 2021 foi R\$ 128,2 milhões. Valor superior ao apresentado em 31 de dezembro de 2020 que foi R\$ 31,4 milhões.

CUSTOS

O principal custo é a provisão de manutenção, cuja elaboração se dá pela estimativa financeira de desembolsos com intervenções futuras, relacionadas com a expectativa de tráfego no mesmo período. A variação com relação ao ano de 2020 foi em função da revisão das estimativas de intervenções entre os anos de 2021 e 2025.

INVESTIMENTOS

Os investimentos a serem realizados pela Companhia estão previstos no Contrato de Concessão, que determina metas que a Companhia precisa atingir no prazo da Concessão.

Atualmente, o principal investimento está em Bauru, trata-se da construção de marginais no trecho do km 336+500 metros, até o km 347+700 metros, pista leste e oeste, no entroncamento com a Bauru-Marília (SP-294). Abaixo quadro ilustrativo:



A Companhia pretende financiar a maior parte de seu programa de investimentos por meio da geração de caixa próprio e eventuais novos financiamentos.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Concessionária tem como compromisso social contribuir com o desenvolvimento das comunidades onde está inserida. Como parte desse compromisso desenvolve diversas ações junto as comunidades lindeiras e seus colaboradores de doações e conscientização para melhorar a qualidade de vida as pessoas menos favorecidas.



RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Como parte de sua política de responsabilidade ambiental, a Companhia possui, desde 25 de fevereiro de 2011, as certificações ISO 14001:2004 (Gestão Ambiental), ISO 9001:2008 (Gestão da Qualidade) e ISO 45001:2018 (Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional), compondo um sistema de gestão integrado para o escopo de operação de serviços em rodovias. Abrange os sistemas de apoio aos usuários, atendimento pré-hospitalar e de resgate, monitoramento das rodovias, engenharia, conservação, segurança viária das rodovias.

Nesse sentido, a Companhia tem promovido diversas ações visando conscientizar os funcionários e a população da região para evitar desperdício e poluição ao meio ambiente. Abaixo destacamos algumas:



PREMIAÇÕES

ARTESP

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. pela terceira vez foi considerada a concessionária de rodovia responsável por prestar o melhor serviço a seus usuários no Estado de São Paulo, em 2016 e 2018 a concessionária também foi premiada na mesma categoria. O prêmio, que está na 6ª edição, tem como objetivo incentivar as concessionárias das rodovias estaduais a adotarem ações para tornar as estradas mais seguras, além de práticas para melhorar os serviços e o relacionamento com os usuários.

Com a conquista, a concessionária reforça sua eficiência e vocação na prestação de serviços aos usuários. E, ao garantir a melhor qualidade de ações como socorro mecânico, guincho, informações e orientações aos usuários, atendimento pré-hospitalar, monitoramento da rodovia e atendimento nas praças de pedágio, contribui para a segurança de quem trafega pela rodovia e, conseqüentemente, para a preservação da vida.

Pesquisa CNT:

A Confederação Nacional dos Transportes (CNT), realiza, anualmente, a Pesquisa CNT de Rodovias. Nela são avaliados itens fundamentais para a segurança e o conforto do motorista, entre eles: **pavimento, sinalização e geometria da pista.**

A ViaRondon subiu 11 posições desde a primeira edição que participou em 2010, saindo da 18ª para a 7ª melhor rodovia do país.

PARECER DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis e, também, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09.

AGRADECIMENTOS

Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e todos os colaboradores da Companhia.

A ADMINISTRAÇÃO

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -
6º andar, Sala 602 - Vila do Golf,
Ribeirão Preto (SP) Brasil

T +55 16 3103-8940

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A
Lins – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Adições no ativo intangível

Nota Explicativa nº 13 – Ativo intangível

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

O direito de exploração da concessão, representado contabilmente pelo ativo intangível da concessão, apresenta valores expressivos em relação ao conjunto das demonstrações contábeis da Companhia. O ativo intangível é formado, substancialmente, pelo direito da outorga da concessão de rodovia e pelos gastos incorridos na construção ou melhoria da infraestrutura, utilizada para prestação dos serviços, que englobam operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo de concessão. Focamos nossos procedimentos nas análises de como a Companhia vem amortizando os valores do ativo intangível e as respectivas premissas e estimativas adotadas na capitalização dos gastos. Dessa forma, consideramos esse assunto, novamente, como significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Entre outros procedimentos, avaliamos as principais premissas e julgamentos adotados pela administração da Companhia para a identificação, elegibilidade e registro dos gastos incorporados ao ativo intangível, e a consequente estimativa da taxa de amortização aplicada. Para tal, envolvemos nossos especialistas em finanças corporativas e em avaliações de mercado, os quais avaliaram e desafiaram as estimativas e premissas utilizadas pela administração da Companhia, bem como reperformaram os cenários apresentados, com base em premissas próprias trazidas de estudos de mercado e, também, em comparação com operações similares às prestadas pela Companhia.

Os resultados de nossos procedimentos nos demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração em relação a esse tema são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

2. Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágios

Nota Explicativa nº 22 – Receita operacional líquida

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

A Companhia reconhece receita de acordo com a utilização dos pedágios pela passagem e pagamento dos usuários. Essas transações são de alto volume transacional, registradas por sistemas operacionais próprios considerando-se as transações por cabines e praças de pedágio. Em relação ao preço, estes são pactuados nos contratos de concessão e sofrem reajustes anuais de acordo com cada contrato. Após o fechamento diário das operações pelas cabines de pedágio, o sistema integra as informações com os sistemas financeiros para o registro contábil das transações. Essa área foi considerada como relevante em nossa auditoria, pois o processo de reconhecimento da receita envolve alto volume de transações em localidades diferentes.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a integração das informações do sistema operacional para os sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema operacional durante o exercício e os sistemas financeiro, contábil e com os registros fiscais da Companhia. Também aplicamos procedimentos de confirmação junto a terceiros para validar o volume saldos em aberto para recebimento em 31 de dezembro de 2021.

Nossos procedimentos de auditoria demonstram que o processo de reconhecimento das receitas e as informações divulgadas estão consistentes com os dados e documentos obtidos no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 25 de março de 2022



Marcelo Castro Valentini
CT CRC 1SP-239.472/O-2

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Balanços patrimoniais em 31 dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	845	758
Aplicações financeiras	9	27.810	63.851
Contas a receber	10	16.563	13.606
Despesas pagas antecipadamente	-	1.343	384
Adiantamento a fornecedores	-	1.050	736
Partes relacionadas	11	2.593	2.413
Outros créditos	-	602	3.199
Total do ativo circulante		<u>50.807</u>	<u>84.947</u>
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	-	1.767	2.212
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	<u>14.998</u>	<u>21.438</u>
Total do realizável a longo prazo		<u>16.766</u>	<u>23.650</u>
Imobilizado	12	10.992	6.004
Intangível	13	1.088.438	987.108
Total do ativo não circulante		<u>1.116.196</u>	<u>1.016.762</u>
Total do ativo		<u><u>1.167.003</u></u>	<u><u>1.101.709</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Balanços patrimoniais em 31 dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	31.517	28
Debêntures	15	43.207	39.745
Fornecedores	16	109.322	62.920
Arrendamento por direito de uso	-	755	427
Passivo fiscal	19	2.826	3.900
Obrigações sociais	-	2.509	2.005
Provisão para manutenção	17	9.653	12.286
Partes relacionadas	11	5.607	2.497
Outras contas a pagar	18	9.961	24.904
Total do passivo circulante		<u>215.357</u>	<u>148.712</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	3.888	-
Debêntures	15	723.996	648.935
Arrendamento por direito de uso	-	834	96
Provisão para manutenção	17	10.649	30.258
Provisão para contingências	20	986	1.563
Total do passivo não circulante		<u>740.352</u>	<u>680.852</u>
Patrimônio líquido			
Capital integralizado	21	402.651	402.651
Prejuízos acumulados	21	<u>(191.358)</u>	<u>(130.506)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>211.293</u>	<u>272.145</u>
Total do passivo		<u>955.710</u>	<u>829.564</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.167.003</u>	<u>1.101.709</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações de resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita operacional líquida	22	344.478	218.207
Custo dos serviços prestados	23	(137.462)	(125.391)
Custo de construção	23	(128.283)	(31.420)
Lucro bruto		----- 78.732	----- 61.396
Despesas gerais e administrativas	23	(4.124)	(5.564)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		----- 74.608	----- 55.832
Receita financeira	24	2.513	3.771
Despesa financeira	24	(131.535)	(85.419)
Despesas financeiras líquidas		(129.022)	(81.648)
Resultado antes dos impostos		----- (54.414)	----- (25.816)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(6.439)	(15.991)
Prejuízo do exercício		----- (60.853)	----- (41.807)
Prejuízo básico diluído por ação em reais		----- <u>(0,12195)</u>	----- <u>(0,08378)</u>
Resultado por ação			
Total capital social (em reais)	25	499.000.000	499.000.000
Total resultado por ação (em reais)	25	(0,00012195)	(0,00008378)
Total capital social (em milhares de reais)	25	499.000	499.000
Total resultado por ação (em milhares de reais)	25	----- <u>(0,12195)</u>	----- <u>(0,08378)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações de resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo do exercício	----- (60.853) -----	----- (41.807) -----
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultado abrangente do período	----- <u><u>(60.853)</u></u>	----- <u><u>(41.807)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Capital integralizado			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Capital a integralizar	Capital integralizado		
Saldos em 1º de janeiro de 2020	499.000	(96.349)	402.651	(88.699)	313.952
Prejuízo do período	-	-	-	(41.807)	(41.807)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	499.000	(96.349)	402.651	(130.506)	272.145
Saldo em 1º de janeiro de 2021	499.000	(96.349)	402.651	(130.506)	272.145
Prejuízo do período	-	-	-	(60.853)	(60.853)
Saldo em 30 de dezembro de 2021	499.000	(96.349)	402.651	(191.358)	211.293

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(60.853)	(41.807)
Ajustes para:		
Depreciação	2.384	1.962
Amortização	27.804	25.884
Baixa do ativo imobilizado líquida	223	47
Provisão para manutenção	55.583	44.221
Provisão para contingências	(577)	633
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	125.092	58.204
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.439	15.991
	<u>156.095</u>	<u>105.135</u>
(Aumento) redução no ativo:		
Contas a receber	(2.957)	(1.982)
Despesas pagas antecipadamente	(959)	13
Outros créditos	2.728	(776)
Aumento (redução) no passivo:		
Fornecedores	46.402	10.445
Passivo fiscal corrente	(1.074)	938
Obrigações sociais	504	(1.471)
Contas a pagar	(14.941)	23.761
Consumo de provisão para manutenção	(77.826)	(95.437)
Outros passivos	1.066	(1.231)
Juros pagos	(43.788)	(86.725)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>65.249</u>	<u>(47.330)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(208.836)	(328.765)
Resgate das aplicações	244.876	326.778
Aquisição de imobilizado	(7.595)	(983)
Adição ao intangível	<u>(129.134)</u>	<u>(31.419)</u>
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	<u>(100.688)</u>	<u>(34.389)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	38.700	700.007
Partes relacionadas	2.930	(1.021)
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	<u>(6.104)</u>	<u>(617.916)</u>
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos	<u>35.527</u>	<u>81.070</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>87</u>	<u>(649)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	758	1.407
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>845</u>	<u>758</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas operacionais	364.119	235.335
Serviços prestados	221.207	197.971
Receita de construção	128.283	31.420
Outras receitas	14.629	5.944
Insumos adquiridos de terceiros	(217.223)	(111.966)
Custos serviços prestados	(19.357)	(30.087)
Custo de construção	(128.283)	(31.420)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(69.583)	(50.459)
Valor adicionado bruto	146.896	123.369
Depreciação de imobilizado	(2.384)	(1.962)
Amortização de intangível	(27.804)	(25.884)
Valor adicionado líquido produzido	116.708	95.523
Receitas financeiras	2.513	3.771
Valor adicionado total a distribuir	119.222	99.294
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	17.987	15.173
Remuneração direta	12.834	10.736
Benefícios	4.113	3.314
FGTS	928	1.007
Outros	112	116
Impostos, taxas e contribuições	28.903	40.547
Federais	17.601	30.665
Estaduais	157	161
Municipais	11.145	9.721
Remuneração de capitais de terceiros	133.185	85.381
Juros	131.535	85.419
Aluguéis	1.650	(38)
Remunerações de capitais próprios	(60.853)	(41.807)
Prejuízo do exercício	(60.853)	(41.807)
Total distribuição valor adicionado	119.222	99.294

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A (“Companhia”) é uma Companhia por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, 509 Jardim Americano, Lins – São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da Companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“Artesp”), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da Concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.600, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária. Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013; e
- Realização de investimentos na rodovia.

Plano estratégico

Conforme demonstrado na demonstração de resultado e no balanço patrimonial do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 60.853 (prejuízo de R\$ 41.807 no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020) e capital circulante líquido negativo de R\$ 164.551 (R\$ 63.765 em 31 de dezembro de 2020). A Administração vem implementando medidas contínuas de redução de custos: **(i)** renegociação com fornecedores; **(ii)** internalização de serviços de conservação (com redução de custos relacionados a impostos das notas fiscais dos terceiros, margens de lucros dos terceiros e melhora de qualidade nos serviços); **(iii)** otimização e melhorias dos processos operacionais da Companhia, com reuniões semanais com os gestores buscando novas oportunidades de redução de custo; **(iv)** revisão das ocupações da área de domínio da concessionária no intuito de buscar novas oportunidades de receitas acessórias; **(v)** adesão ao benefício fiscal do Reidi - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura, com ganhos acumulados até o momento de R\$ 9 milhões; **(vi)** revisões nos contratos vigentes e condições comerciais; **(vii)** reestruturações do quadro de colaboradores. Sempre com intuito de mitigar de forma efetiva os efeitos da frustração de demanda,

Efeitos da Covid-19

Conforme divulgado pela Companhia em Comunicado ao Mercado no dia 19 de março de 2020, em linha com os direcionadores estabelecidos pelas autoridades diante do atual cenário e dos desdobramentos da pandemia, a ViaRondon destaca as seguintes principais medidas adotadas para apoiar na prevenção da Covid-19:

- Criação de um comitê de crise; afastamento domiciliar para colaboradores que vierem a apresentar os sintomas da Covid-19, com monitoramento pelo departamento de recursos humanos; adoção de home office para todos os colaboradores que possam desenvolver suas atividades fora do espaço físico da empresa;
- Divulgação expressiva das formas de prevenção, através de diversos canais, aos colaboradores e seus parceiros;
- Acompanhamento constante de potenciais impactos decorrentes da pandemia em seus negócios; negociação com fornecedores para redução de valores e/ou carência para os próximos pagamentos; e
- A Concessionária teve uma redução no seu custo no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 3.210 quando comparado com 2020, onde os maiores gastos foram com a preservação e manutenção da rodovia.

	2021	2020
Serviços de terceiros	(19.357)	(30.087)
Com pessoal	(20.707)	(17.303)
Custo de contrato concessão	(13.756)	(8.571)
Outros	(1.859)	(2.928)
Total	(55.679)	(58.889)

Em 2021, a Companhia identificou impactos financeiros em comparação ao mesmo período do ano anterior, mitigados devido às medidas supracitadas.

Observa-se que em 2021 ocorreu uma recuperação da demanda, conforme demonstrado abaixo:

Praça de pedágio	Eixos e equivalentes		Variação	
			21 x 20	
	2020	2021	Eixos	%
P1-Avaí	4.883	5.247	364	7,45%
P2-Pirajuí	4.523	4.787	264	5,84%
P3-Promissão	4.868	5.164	296	6,08%
P4-Glicério	5.983	6.148	165	2,76%
P5-Rubiácea	4.295	4.495	200	4,66%
P6-Lavínia	3.322	3.535	213	6,41%
P7-Guaraçaí	3.156	3.339	183	5,80%
P8-Castilho	4.478	4.753	275	6,14%
Total	35.508	37.468	1.960	5,52%

Praça de pedágio	Em R\$ mil		21 x 20	
	2020	2021	R\$	%
P1-Avaí	27.878	31.846	3.967	14,23%
P2-Pirajuí	24.014	27.116	3.102	12,92%
P3-Promissão	31.200	34.948	3.748	12,01%
P4-Glicério	42.534	46.218	3.683	8,66%
P5-Rubiácea	26.239	29.057	2.818	10,74%
P6-Lavínia	15.977	18.080	2.103	13,16%
P7-Guaraçaí	14.861	16.562	1.701	11,45%
P8-Castilho	15.267	17.380	2.113	13,84%
Total	197.970	221.207	23.235	11,74%

A Companhia cumpre rigorosamente o seu papel social de atender a população usuária da rodovia, sempre mantendo os padrões mais rígidos de segurança viária e sanitária, e está consciente de que esse é um evento de força maior, e, portanto, demandará um aditamento de reequilíbrio contratual assim que a extensão dos efeitos dessa pandemia puder ser mensurada.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (normas do CPC)

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão das demonstrações contábeis intermediárias da Companhia foi autorizada pela Administração em 25 de março de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 12** – Imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 13** – Intangível;
- **Nota Explicativa nº 19** – Ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Nota Explicativa nº 17** – Provisão para manutenção; e
- **Nota Explicativa nº 20** – Provisão para contingência.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos dos ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte Nota Explicativa:

- **Nota Explicativa nº 26** – Instrumentos financeiros.

5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

6. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando os mesmos forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 24).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, **(ii)** mantido para negociação, ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25.

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Provisão de manutenção – Contratos de Concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

b) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

c) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Computadores e periféricos	04 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	05 anos

d) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

i) Contratos de concessão de serviços

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário:

Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

ii) Direito de outorga

O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “direito de outorga”, no ativo intangível (Nota Explicativa nº 13). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas.

O direito de outorga da concessão vem sendo amortizado pela curva de tráfego, sempre que necessário atualizado, pelo prazo da concessão.

iii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

iv) Gastos subsequentes

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

v) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão (sempre que necessário atualizada), desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

A amortização é reconhecida no resultado.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativo dos outros intangíveis são as seguintes:

Softwares	05 anos
-----------	---------

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.

e) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i) Ativos financeiros – não derivativos

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são:

(i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; **(ii)** novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e **(iii)** flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A adoção dessa nova norma a partir de 1ª de janeiro de 2019 não gerou impacto nas informações financeiras da Companhia.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i) Provisão de manutenção – contratos de construção

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura com um nível específico de operacionalidade ou recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente no final do contrato de concessão são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

h) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos dos empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

i) Receita operacional

i) Receita de pedágio

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

ii) Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

j) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

l) Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

m) Informações por segmento

A principal receita da atividade da Companhia vem do recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia explorar outras fontes de receitas complementares, de acordo com o contrato de concessão. Todas as decisões dos administradores e gestores relativas ao planejamento estratégico, financeiras, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance são tomadas considerando a Companhia como um todo, ou seja, a Companhia está organizada em um único segmento de negócio.

n) Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são requeridas pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), enquanto para as IFRS representam informação financeira adicional.

7. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente

O IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do NBC TG 26/R5 (IAS 1), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem os seguintes pontos:

- a) O que significa um direito de postergar a liquidação;
- b) O direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- c) Essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- d) Somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

O IASB emitiu alterações na divulgação de práticas contábeis, que esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023.

O IASB emitiu alterações no NBC TG 23/R3 (IAS 8), esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023.

A Companhia irá avaliar o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Bancos	733	654
Fundo de troco/numerários trânsito	112	104
Total	845	758

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 26.

9. Aplicações financeiras

	2021	2020
Aplicações financeiras	27.810	63.851

Aplicação financeira mantida junto ao Banco Santander, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), mantida a título de garantia da operação junto a Debêntures, veja maiores detalhes na Nota Explicativa nº 15.

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 26.

10. Contas a receber

	2021	2020
Pedágio eletrônico	13.876	11.298
Visa - vale-pedágio	262	176
Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.	-	1.823
Protege S.A - Proteção e Transporte de Valores	2.027	-
DBTrans S/A	213	196
Outros	185	113
Total	16.563	13.606

Idade de vencimento dos títulos	2021	2020
Créditos a vencer até 30 dias	15.945	13.142
Créditos a vencer até 60 dias	618	464
Total	16.563	13.606

O contas a receber da Companhia não apresenta montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não foi apurada perda de créditos esperada para redução do valor recuperável sobre o contas a receber.

11. Transações com partes relacionadas

A seguir, o valor total de remuneração atribuído aos diretores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Descrição	2021	2020
Diretores estatutários	35	12

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia.

A Companhia submete todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a) Saldos patrimoniais

Ativo	Notas	Saldo em aberto em	
		2021	2020
BRVias Holding VRD S.A.	(i)	1.470	1.468
BRVias S.A.	(v)	1.123	945
Total		2.593	2.413
Passivo			
BRVias Holding VRD S.A.	(i)	(5.000)	-
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	-	(395)
Splice Ind. e Com de Serviços	(iii)	(607)	(2.092)
Outros	(iv)	-	(10)
Total		(5.607)	(2.497)
Total líquido		(3.014)	(84)

Transações que afetaram o resultado

		Valor da transação no resultado	
	Notas	2021	2020
Serviços prestados			
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	(298)	(1.579)
Splice Ind. e Com. de Serviços	(iii)	(18.300)	(21.166)
BRVias S.A.	(v)	(972)	(1.822)
Outros	(iv)	(114)	(106)
Total		(19.684)	(24.673)

- (i) Serviços administrativos de publicações de balanço, atas e outros;
- (ii) Serviços de transportes de pessoal;
- (iii) Execução de conserva verde e serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;
- (iv) Serviços de consultoria administrativa;
- (v) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhados;
- (vi) Aporte – Mútuo.

b) Movimentações de partes relacionadas

Partes relacionadas Individual	31/12/2021		Pagamentos	Recebimentos/ Constituição	31/12/2020	
	Ativo circulante	Passivo circulante			Ativo circulante	Passivo circulante
BRVias S.A.	1123	-	-	178	945	-
BRVias Holding VRD S.A.	1.470	(5.000)	-	5.002	1.468	-
Princesa do Norte S.A.	-	-	395	-	-	(395)
Splice Ind. e Com. de Serviços	-	(607)	1.485	-	-	(2.092)
Noroestecom Telecomunicações S.A.	-	-	10	-	-	(10)
Total	2.593	(5.607)	1.890	5.180	2.413	(2.497)

Partes relacionadas Individual	31/12/2020		Pagamentos	Recebimentos/ Constituição	31/12/2019	
	Ativo circulante	Passivo circulante			Ativo circulante	Passivo circulante
BRVias S.A.	945	-	-	74	1.019	-
BRVias Holding VRD S.A.	1.468	-	-	(255)	1.213	-
Princesa do Norte S.A.	-	(395)	18	-	-	(377)
Splice Ind. e Com. de Serviços	-	(2.092)	(859)	-	-	(2.951)
Noroestecom Telecomunicações S.A.	-	(10)	-	-	-	-
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	-	-	(9)	-	-	(9)
Total	2.413	(2.497)	(850)	(181)	2.232	(3.337)

12. Imobilizado

Em milhares de reais	Computadores e periféricos	Máquinas e Equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2020	4.843	6.767	2.382	4.331	18.323
Adições	255	324	404	-	983
Baixas	(5)	(42)	-	-	(47)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.093	7.049	2.786	4.331	19.259
Adições	524	3.708	160	3.203	7.595
Baixas	(1)	(170)	(73)	(1.635)	(1.879)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.616	10.587	2.873	5.899	24.975
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(3.956)	(3882)	(1.426)	(2.029)	(11.293)
Depreciação no exercício	(355)	(640)	(190)	(777)	(1.962)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(4.311)	(4.522)	(1.616)	(2.806)	(13.255)
Depreciação no período	(240)	(858)	(192)	(1.094)	(2.384)
Baixas	-	2	19	1.635	1.656
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(4.551)	(5.378)	(1.789)	(2.265)	(13.983)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2020	782	2.527	1.170	1.525	6.004
Em 31 de dezembro de 2021	1.064	5.209	1.085	3.634	10.992

13. Intangível

	Praças de pedágio	Recuperação da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga (i)	Outros- concessão (ii)	Software	Direito de uso	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2020	35.171	490.424	8.155	413.597	219.656	3.487	2.902	1.173.392
Aquisições e construções	-	4.535	12	-	26.872	-	-	31.419
Saldo em 31 de dezembro de 2020	35.171	494.959	8.167	413.597	246.528	3.487	2.902	1.204.811
Aquisições e construções		39.340	-	-	88.882	-	912	129.134
Saldo em 31 de dezembro de 2021	35.171	534.299	8.167	413.597	335.410	3.487	3.814	1.333.945
Amortização acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(11.536)	(66.476)	(2.378)	(86.108)	(22.864)	(1.261)	(1.196)	(191.819)
Amortização do exercício	(739)	(10.305)	(171)	(8.691)	(4.616)	(133)	(1.229)	(25.884)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(12.275)	(76.781)	(2.549)	(94.799)	(27.480)	(1.394)	(2.425)	(217.703)
Amortização do período	(1.446)	(10.036)	(303)	(11.683)	(3.842)	(162)	(332)	(27.804)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(13.721)	(86.817)	(2.852)	(106.482)	(31.322)	(1.556)	(2.757)	(245.507)
Valor líquido contábil								
Em 31 de dezembro de 2020	22.896	418.178	5.618	318.798	219.048	2.093	477	987.108
Em 31 de dezembro de 2021	21.450	447.482	5.315	307.115	304.088	1.931	1.057	1.088.438

- i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstrado a seguir:

2009

Valor da outorga	411.000
Ajuste ao valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
Total	413.597

- ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada custos dos serviços prestados, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

14. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 26.

	Taxa de juros a.a.	Indexador	Vencimento	2021	2020
Finame-BNDES	5,50%	-	2021	-	28
CCB (ii)	4,17% a 7,10%	CDI	2022	31.517	-
Leasing (i)	4,40% a 7,41%	CDI	2024 – 2027	3.888	-
Total				35.405	-
Circulante				31.517	28
Não circulante				3.888	-

- (i) Empréstimo obtido junto ao Banco Santander, Banco DDL e Banco Mercedes, na modalidade Leasing para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens; e
- (ii) Empréstimo obtido junto ao Banco Pine e Banco Santander, nas modalidades de cédulas de crédito bancário (CCB) para finalidade de fluxo de caixa.

Composição por vencimento:

	2021	2020
Vencimento em		
2022	31.517	-
Acima 2023	3.888	-
Total	35.405	28

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	2021	2020
Saldos iniciais	28	173.708
Varição do fluxo de caixa de financiamento		
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	(4.167)	(171.835)
Pagamentos de juros	(1.810)	(1.845)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(5.977)	(173.680)
Outras variações		
Novas captações	38.700	-
Despesas de juros	2.654	-
Total de outras variações	41.354	-
Saldos finais	35.405	28

15. Debêntures

Tipo de Operação	Valor da emissão	Data liberação	Vencimento	Taxa de juros a.a.	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures	700.000	28/02/2020	15/12/2034	5,55% a.a. + IPCA	799.054	723.016
(-) Comissão	700.000	28/02/2020	15/12/2034		(31.851)	(34.336)
Total					767.203	688.680
Circulante					43.207	39.745
Debêntures					45.690	42.229
(-) Comissão					(2.483)	(2.484)
Não circulante					723.996	648.935
Debêntures					753.363	680.787
(-) Comissão					(29.368)	(31.852)

Composição por vencimento:

	31/12/2021	31/12/2020
Vencimento em		
2022	-	2.798
2023 a 2034	723.996	646.137
Total	723.996	648.935

Movimentação das debêntures:

Saldos iniciais	688.680	461.430
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamento do principal	(1.937)	(446.081)
Pagamentos de juros	(41.978)	(84.880)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(43.915)	(530.961)
Outras variações		
Novas Captações	-	700.007
Despesas de juros	122.438	58.204
Total de outras variações	122.438	758.211
Saldos finais	767.203	688.680

Em 28 de fevereiro de 2020, a Companhia realizou a segunda emissão pública de debêntures simples (em decorrência da possibilidade da diminuição das taxas do antigo endividamento), não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 700.000. Foram emitidas 700.000 (setecentas mil) debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (hum mil reais), com vencimentos semestrais, primeiro vencimento em 15 de junho de 2020 e último vencimento em 15 de dezembro de 2034.

As debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 5,55% a.a.

Cada uma das debêntures fará jus ao pagamento de seu valor nominal unitário atualizado e juros semestralmente, iniciando em 15 de setembro de 2020 até 15 de dezembro de 2034.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes:

- Contratação, pela Emissora com quaisquer terceiros, incluindo com partes relacionadas, de empréstimos, mútuos, financiamentos, adiantamentos de recursos, hedge, leasing e financiamento de máquinas, equipamentos e veículos ou qualquer outra forma de operação de crédito, operação financeira e/ou operação de mercado de capitais, local ou internacional, inclusive mediante prestação de garantia fidejussória e/ou real e concessão de preferência a outros créditos, exceto com relação a operações que, cumulativamente, atendam as seguintes características: **(a)** tenham prazo de vencimento de até 1 (um) ano; **(b)** não contenham quaisquer garantias prestadas pela Emissora; **(c)** os recursos captados sejam aplicados no Projeto; e **(d)** sejam limitados a um saldo em aberto individual ou agregado de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado pela variação do IPCA no período. Excetuam-se os (1) mútuos subordinados celebrados entre a Emissora e a Acionista, nos quais a Emissora figure como mutuária; (2) operações de leasing para aquisição de máquinas, equipamentos e veículos limitados a um saldo em aberto individual ou agregado de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- Manter os seguintes índices de cobertura da dívida ICSD Histórico, relativo aos últimos 12 (doze) meses antecedentes à data do cálculo, superior ou igual a 1,3x.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações contábeis para o período e exercício findo dezembro de cada ano.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 33.715 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante reconhecido no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.864. O montante a apropriar no resultado futuro em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 31.851.

16. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores diversos	31.748	48.218
Fornecedores - risco sacado (ii)	64.544	-
Medições a pagar	506	3.734
Retenções (i)	12.524	10.968
Total	109.322	62.920

- (i) A Companhia adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes; e
- (ii) Refere-se a fornecedores que tiveram seus recebíveis descontados com instituições financeiras que possuem convênio com a Companhia. A Companhia não incorre em juros adicionais para o banco sobre os valores devidos aos fornecedores, sendo assim, a Companhia não desreconheceu os passivos aos quais a transação de risco sacado se aplica, pois não houve uma baixa legal e nem o passivo original foi substancialmente modificado ao entrar ou fazer parte das transações de risco sacado. A Companhia divulga os valores contabilizados pelos fornecedores na rubrica de "fornecedores – risco sacado", porque a natureza e a função do passivo financeiro permanecem os mesmos de outras contas a pagar com fornecedores. Os pagamentos junto à referida instituição financeira são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece, ou seja, pagamentos pela compra de bens e serviço.

Composição por vencimento do total de "Fornecedores diversos" e "Fornecedores – risco sacado":

	2021	2020
A vencer		
Até 180 dias	92.340	37.246
De 181 a 360 dias	425	7.585
Total	92.765	44.831
Vencidas		
Até 30 dias	1.038	2.014
De 31 a 60 dias	439	156
De 61 a 90 dias	454	113
De 91 a 180 dias	884	128
De 181 a 360 dias	23	48
A mais de 360 dias	689	928
Total	3.527	3.387
Total	96.292	48.218

17. Provisão para manutenção – Contrato de concessão

A Companhia constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos ao valor presente, levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado a seguir:

	2021	2020
Passivo circulante	9.653	12.286
Passivo não circulante	10.649	30.258
Total	20.302	42.544

Movimentação da provisão para manutenção

Em 1º de janeiro de 2020	93.760
Realização por consumo	(95.437)
Adições	44.221
Em 31 de dezembro de 2020	42.544
Realização por consumo	(77.826)
Adições	55.583
Em 31 de dezembro de 2021	20.302

18. Outras contas a pagar

	2021	2020
Receitas acessórias antecipadas (i)	9.665	15.968
Outras contas a pagar	296	8.936
Total	9.961	24.904

- (i) Valores relativos a antecipações de receitas frente a utilização da malha rodoviárias por operadoras de telefonias, as quais terão o respectivo impacto no resultado conforme competência dos períodos a serem utilizados.

19. Ativos e passivos fiscais diferidos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 a Companhia reconheceu o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, referentes à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

Ativo	2021	2020
Prejuízo fiscal e base negativa	38.138	38.138
Provisão para manutenção	6.903	14.465
Outras provisões temporárias	380	576
Total	45.421	53.179
Passivo		
Custos dos empréstimos	(2.264)	(2.097)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1)/IFRIC 12	(28.159)	(29.644)
Total	(30.423)	(31.741)
(=) Saldo ativo fiscal diferido	14.998	21.438

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Movimentação no resultado de 2021	Movimentação no resultado de 2020
Prejuízo fiscal e base negativa	38.138	38.138	-	-
Provisão para manutenção	6.903	14.465	(7.562)	(17.413)
Outras provisões temporárias	380	576	(196)	103
(-) Ativo fiscal não reconhecido (*)	-	-	-	-
Total	45.421	53.179	(7.758)	(17.310)
Passivo				
Custos dos empréstimos	(2.264)	(2.097)	(166)	(158)
Intangíveis - efeito temporário	(28.159)	(29.644)	1.485	1477
Total	(30.423)	(31.741)	1.319	1.319
Total	14.998	21.438	(6.439)	(15.991)

a) Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Descrição	2021	2020
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	255.943	184.246

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

A Companhia, baseada em projeções de lucros tributários futuros, prevê que a utilização desses se dará até o exercício de 2026, como demonstrado abaixo:

2022	14.241
2023	50.421
2024	60.564
2025	72.146
2026	58.572
Total	255.944

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

Descrição	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(54.414)	(25.816)
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Despesas com imposto a alíquota nominal	18.501	8.777
(-) Adições permanentes	(1.713)	(849)
(+) Exclusão permanente		325
(+/-) Outros créditos não reconhecidos	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.439)	(15.991)
Total	12%	62%

20. Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2021, está provisionado o montante de R\$ 986 (R\$ 1.562 em 31 de dezembro de 2020), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial 31 de dezembro de 2019	681	249	930
Provisão	190	443	633
Reversão de provisão	-	-	-
Saldo final 31 de dezembro de 2020	871	692	1.563
Provisão	952	314	1.266
Reversão de provisão	(1.350)	(493)	(1.843)
Saldo final 31 de dezembro de 2021	473	513	986

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 13.292 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 27.164 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 37.900 (Nota Explicativa nº 27) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Companhia é responsável solidária.

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	84	9.149	91	23.485
Trabalhistas	50	4.143	49	3.679
Total	134	13.292	140	27.164

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia é de R\$ 499.000, sendo já integralizados R\$ 402.651 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2020) e a integralizar R\$ 96.349 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2020), e está representado por 249.500.000 de ações ordinárias e 249.500.000 de ações preferenciais (mesmas quantidades em 31 de dezembro de 2020).

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar, quando aplicáveis, serão destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

22. Receita operacional líquida

A seguir, a composição da receita operacional líquida:

	2021	2020
Receita de pedágios	221.207	197.971
Receitas acessórias	13.576	5.749
Receita de construção	128.283	31.420
Outras receitas	1.053	195
Tributos incidentes	(19.641)	(17.128)
Total	344.478	218.207

23. Gastos por natureza

Abaixo a composição do custo dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais:

	2021	2020
Serviços de terceiros	(19.356)	(30.087)
Com pessoal	(20.707)	(17.303)
Amortização e depreciação	(30.133)	(27.845)
Constituição de provisão para manutenção	(55.775)	(44.221)
Custo de contrato concessão	(13.756)	(8.571)
Outros	(1.859)	(2.928)
Total	(141.586)	(130.955)
Custo dos serviços prestados	(137.462)	(125.391)
Despesas administrativas e gerais (i)	(4.124)	(5.564)
Custo de construção	(128.283)	(31.420)

(i) As despesas administrativas são compostas basicamente por despesas com pessoal.

24. Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram:

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.513	3.771
Total das receitas financeiras	2.513	3.771
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos e debêntures (i)	(127.824)	(69.143)
Outras despesas financeiras	(3.711)	(16.276)
Total das despesas financeiras	(131.535)	(85.419)
Resultado financeiro líquido	(129.022)	(81.648)

(i) Aumento devido ao pagamento e atualização de saldo de empréstimos (principal + juros) e debêntures (juros).

25. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/IAS 33 (aprovado pela deliberação CVM nº 636 – Resultado por ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação:

Memória de cálculo do resultado por ação

	Resultado do período (em R\$ mil)	Quantidade ponderada de ações (em unidade)	Resultado por ação Básico e diluído – (R\$ - expresso em reais)
2021	(60.853)	499.000.000	(0,12195)
2020	(41.807)	499.000.000	(0,08378)

26. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

31 de dezembro de 2021	Notas	Custo amortizado	
		2021	2020
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	845	758
Aplicação financeira	9	27.810	63.851
Contas a receber de clientes	10	16.563	13.606
Outros créditos		602	3.199
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	14	35.405	28
Debêntures	15	767.203	688.680
Fornecedores e partes relacionadas passivas	16	114.929	65.417

b) Mensuração do valor justo

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2021.

c) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) Risco de liquidez

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, redução do tráfego e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento das necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

Cronograma de amortização da dívida

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

Em 31/12/2021	Contábil	Fluxo contratual	2022	Acima de 2023
Empréstimos e financiamentos	34.533	38.489	38.489	
Debêntures	755.533	2.388.824	48.467	2.340.357
Fornecedores e partes relacionadas passivas	114.929	114.929	114.929	-
Total	916.665	2.541.567	201.210	2.340.357

Em 31/12/2020	Contábil	Fluxo contratual	2021	2022	Acima de 2023
Empréstimos e financiamentos	28				
Debêntures	688.681	1.289.439	40.854	41.142	1.207.443
Fornecedores e partes relacionadas passivas	65.417	65.417	65.417	-	-
Total	754.126	1.354.856	106.271	41.142	1.207.443

iii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2021 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente, não apresenta exposição aos riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados às crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

Perfil

Na data das informações do período, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do IPCA e do CDI, principal exposição de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a estas variáveis são apresentadas a seguir:

		Valor contábil	
	Risco	31/12/2021	31/12/2020
Instrumentos de taxa variável			
Debêntures	IPCA	767.203	668.680

iv) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do IPCA.

v) Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa do IPCA e CDI de acordo com as projeções obtidas pelo Bacen – Relatório, ambas em 31 de dezembro de 2021.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA e CDI foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

vi) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do IPCA é apresentada na tabela na próxima página.

vii) Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros – depreciação das taxas

A Companhia não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais das informações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

viii) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

ix) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Instrumentos	Exposição 31/12/2021	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Debêntures	767.203	Aumento IPCA	10,06%	(43.521)	12,58%	(54.401)	15,09%	(65.282)
Empréstimos e financiamentos	35.405	Aumento CDI	9,15%	(3.956)	11,44%	(4.945)	13,73%	(5.934)
Total dos passivos financeiros	837.544			(47.477)		(59.346)		(71.216)
Impacto no resultado do período apresentado				(47.477)		(59.346)		(71.216)

Instrumentos	Exposição 31/12/2021	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Debêntures	767.203	Redução IPCA	10,06%	43.521	7,55%	32.641	5,03%	21.761
Empréstimos e financiamentos	35.405	Redução CDI	9,15%	3.956	6,86%	2.967	4,58%	1.978
Total dos passivos financeiros	837.544			44.935		33.701		22.468
Impacto no resultado do período apresentado				44.935		33.701		22.468

Instrumentos	Exposição 2020	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Debêntures	688.680	Aumento IPCA	4,52%	(31.128)	5,65%	(38.910)	6,78%	(46.693)
Total dos passivos financeiros	688.680			(31.128)		(38.910)		(46.693)
Impacto no resultado do período apresentado				(31.128)		(38.910)		(46.693)

Instrumentos	Exposição 2020	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Debêntures	688.680	Redução IPCA	4,52%	31.128	3,39%	23.346	2,26%	15.564
Total dos passivos financeiros	688.680			31.128		23.346		15.564
Impacto no resultado do período apresentado				31.128		23.346		15.564

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

27. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Maio/2021 a maio/2022	60.267
Garantia ampliação	Maio/2021 a maio/2022	97.209
Operacionais	Maio/2021 a maio/2022	2.185.720
Responsabilidade civil	Maio/2021 a maio/2022	37.900

Em virtude da aquisição de dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

28. Benefícios aos empregados

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: auxílio-creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale alimentação.

Não é política da empresa conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

29. Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto aos eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 27.

A Companhia, durante o curso normal das suas atividades está sujeita a fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível aos questionamentos e às penalidades cabíveis, caso não estejam atendendo às obrigações licitatórias.

Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar as suas informações financeiras.

30. Compromissos

Decorrente da verba de fiscalização

A Companhia assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária. Entretanto, em 27 de junho de 2013, foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão.

A Companhia tem previsão orçamentária para realizar investimentos e consequentemente cumprir as metas contratuais.

31. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2/IAS 7.

Durante o período findo 31 de dezembro de 2021, não houve aquisições de ativos imobilizados e intangíveis com efeito não caixa.

* * *

Diretoria

Guilherme Bastos Martins

Diretor Presidente

Marcos Máximo de Novaes Mendonça

Diretor de Relações com Investidores

Fábio Abritta Filho

Diretor de Relações Institucionais

Conselho de Administração

Antônio Roberto Beldi

Paulo Sergio Coelho

Ricardo Constantino

Ricardo de Souza Adenes

Contador

Durval Maia

CRC/ SP nº 1SP-292.261/O-8